

Uma breve discussão sobre o “Populismo”

Una breve discusión sobre el “Populismo”

João Vitor dos Santos

Graduando em História
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
joaovsantos146@gmail.com

Marylu Alves de Oliveira

Professora efetiva do curso de História
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
marylu.oliveira@gmail.com

Recebido: 13/11/2023

Aprovado: 31/01/2024

Resumo: Utilizado para descrever o enquadramento político do Brasil que cerca o período entre o fim do Estado Novo e a queda de João Goulart, o termo “populismo” acaba por aviltar a complexidade histórica de um dos períodos mais importantes da contemporaneidade brasileira: a experiência democrática dos anos 1945-1964. Deste modo, o presente artigo objetiva debruçar-se sobre esta palavra para além das concepções ainda presentes nos livros didáticos e no imaginário popular, analisando a esfera contextual do uso do termo no que toca sua contribuição para a edificação de pressupostos simplistas a seu respeito e de suas representações no pós-ditadura militar. Com base nas discussões de especialistas da temática e do excerto temporal — tais como Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira, Maria Helena Rolim Capelato, Vânia Maria Losada Moreira, e outros — o trabalho converge a bibliografia produzida para com a questão e evidencia as relações firmadas entre povo e governantes, além de apresentar o arbítrio que a sentença possui e contribui para legitimar as razões difundidas pela ala antidemocrática defensora do golpe militar de 1964.

Palavras-chave: Populismo; experiência democrática; deslegitimação

Resumen: Utilizado para describir el marco político brasileño que rodea el período comprendido entre el fin del Estado Novo y la caída de João Goulart, el término “populismo” degrada la complejidad histórica de uno de los períodos más importantes del Brasil contemporáneo: la experiencia democrática de los años 1945-1964. Por lo tanto, este artículo pretende mirar esta palabra más allá de las concepciones aún presentes en los libros de texto y el imaginario popular, analizando el ámbito contextual de uso del término y su contribución a la construcción de supuestos simplistas sobre ella y de sus representaciones en el post-ditadura militar. A partir de discusiones de expertos en el tema y del fragmento temporal — como Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira, Maria Helena Rolim Capelato, Vânia Maria Losada Moreira y otros — el trabajo converge la bibliografía producida

con el tema y resalta las relaciones firmadas entre pueblos y gobernantes, además de presentar la discrecionalidad que posee la sentencia y contribuir a legitimar las razones difundidas por el ala antidemocrática que defendió el golpe militar de 1964.

Palabras clave: Populismo; experiencia democrática; deslegitimación.

A palavra estereotipada

*São como um cristal,
as palavras.
Algumas, um punhal,
um incêndio.
Outras, orvalho apenas.
— Eugênio Andrade*

O principal norteamento que, por excelência, compete ao historiador no ofício de seu estudo e construção de seu trabalho para posterior exibição certamente é o ato de entender os fatos históricos enquanto feitos e efeitos dotados de singularidade específica do espaço-tempo. Aos dados dispostos, toda a conjuntura que lhes faz emergir precisa ser levada em conta, pois não apenas as dão altivez, mas sentido propriamente dito. Ao tempo, esta quarta dimensão que compreende toda a infinitude de ocorrências sucessivas que formam a História, o ser humano — impossibilitado de agarrá-lo, prendê-lo, guardá-lo em potes, caixas ou pastas, em sua forma integral — destinou-lhe a condensação de sua essência às palavras que ousam revesti-la de aura conceitual. A conceituação, por sua vez, enrijece o corpo sentencial à medida que o rigor científico estabelece delimitações próprias para dar conta de sua complexidade, mas que turvam-se conforme o tempo passa, abrindo espaço para as intempéries interpretativas acabarem por desgastar sua definição, sobrepondo novas e instalando no meio diferentes versões dela que se normalizam e cristalizam-se no imaginário comum, pois todo conceito está entrelaçado em uma teia de perguntas e respostas, textos e contextos (KOSELLECK, 1992, p. 137).

Transcendendo a mera expressão verbal, conceitos escapam a redução associativa às representações linguísticas, todavia compõem reflexos de bases reais e concretas, fatos e realidades que ultrapassam a linguagem e atuam nas circunstâncias tangíveis. Deste modo, as circunstâncias

históricas preenchem o conteúdo que configuram a influência da conceituação, mas não se encerram nos enquadros definidos do tempo-espço, uma vez que as unidades conceituais diferem de acordo com a historicidade, sendo moldados pela variação do tempo, realidades e sociedades, havendo uma relação tensa entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido. E na esteira das mudanças que os conceitos sofrem ao longo do tempo, Reinhart Koselleck aponta que o conteúdo da conceituação está sujeito às transformações ainda que a palavra empregada permaneça a mesma (1992, p. 140), podendo resultar da interrelação entre a diacronia — a mudança que ocorre no tempo — e da sincronia — os diferentes usos em um determinado momento — as manobras discursivas que reconfiguram a sociedade, pois a existência tangível também é composta pela linguagem. Na história do Brasil contemporâneo, caso emblemático que atravessa tal questão é o termo “populismo”, sentença que se instala popularmente numa abstração polêmica e arbitrária.

Amplamente difundido nas bases do ensino histórico-político brasileiro enquanto fenômeno profundo e — mais que profundo — vivo e ainda próximo da cultura política nacional (FERREIRA, 2001, p. 121-124), o termo “populismo” atravessa décadas insinuando novos ressurgimentos e conferindo estereótipos vulgares aos personagens políticos contemporâneos e de temporalidades passadas, desgastando mesmo seu sentido original — como fazem erroneamente na sua aproximação com os regimes totalitários europeus numa mediatização americanizada (CAPELATO, 2009, p. 23) — ao mesmo tempo em que distribui-se ao meio social na mais rasa face de sua conceituação. Sendo publicamente destinada para classificar líderes políticos que exprimem grande apelo às massas cooptando-as, alienando-as, fazendo com que estas superestimem uma persona pública quase redentora de um povo — alicerçadas no poder da máquina propagandística do Estado — volatiliza-se sua classificação ao ponto de não se falar de um, mas de diversos novos tipos de “populismos” emergentes e ressignificados constantemente.

Exemplo da ressignificação dos sentidos é o próprio termo destacado. Desgarrado do significado que a sociologia paulista (REIS FILHO, 1998 *apud* FERREIRA, 2001, p. 121) e os primeiros estudos da década de 1960 lhe confere para as temporalidades descendentes, o termo “populista” — ainda que tenha como sua maior personificação a figura de Getúlio Vargas — não se encontra como uma das palavras mais utilizadas para se referir ao que excede o trato institucional de

um representante político para com as massas no contexto dos anos 1930, 1940, nem ao menos 1950, uma vez que não se faz recorrente no vocabulário político da época e, quando muito pouco feito referência, não carrega consigo as interpretações de um contato promíscuo, ao contrário, o termo possuía uso de boa configuração que se faz parâmetro à popularidade do indivíduo político (FERREIRA, 2001, p. 116). Desta forma, as armadilhas que generalizam conceitos ímpares tendem a cair no desfiladeiro das vagas contextualizações que transportam ideias para além de seus habitats e lhes atribuem demasiada correlação imagética, donde performa certa universalidade de conceitos anexados às práticas que — embora façam uso de artimanhas similares — não são de fato univitelinas.

As problematizações levantadas durante os anos 1980 e 1990 a respeito do tema — muito pela ousadia investida pelos oficiais das narrativas históricas em ultrapassar as barras que estabeleciam os anos 30 enquanto limite das operações historiográficas — tomam a providência de desmembrar o termo através de questionamentos para sobrepô-lo às conjunturas espaço-temporais e, por conseguinte, analisar a real compatibilidade com o mesmo. As fundamentações que concernem o “populismo” em sua singularidade é a roupagem que não cabe, sob medida, a política realizada desde Vargas e que se encerra ao insurgir do Golpe Militar de 1964. A forma vulgarizada do termo que compreende em si doses de paternalismo estereotipadas é causadora de uma cultura reducionista da profundidade dos eventos históricos caros a compreensão e criticidade não apenas do fato emoldurado, mas de suas decorrências, escorrendo pelas mãos a intersecção de conjunturas.

A popular utilização do conceito para historicizar, demarcando temporal e ideologicamente, um momento e os norteamentos dos dirigentes da política brasileira simplifica as extensões das problemáticas de maneira fugidia, privando o contato para com a inteireza de suas bases. O que à primeira vista parece muito bem dar conta da explicação histórica consagrada, chega aos fins de direcionar olhares às figuras e cenários multiformes como o próprio Vargas e seu governo (a exemplo de um recorte inicial) conferindo simplismos levados a cabo de reproduções cordialmente aceitas, afinal, não é essencialmente a mister palavra que representa a persona e o governo que inaugura seu significado mais comum? Por que explicar todo um contexto quando uma só sentença sintetiza toda uma conjuntura? Por que não dar alcunha de populista ao que sobremaneira tão

somente representa a ideia? Este que de fato é o maior expoente da classificação aqui projetada, quando analisado os meandros de sua relação com o poder e a legitimação do mesmo, apresenta revelações que desmistificam sua atribuída identidade. É impossível se propor a estudar populismo sem abordar a figura de Vargas, e desta empreitada daremos prosseguimento.

Vargas além da propaganda: condições materiais de interesses mútuos

Quando do pensar a respeito da figura de Vargas enquanto suma referência do “populismo”, descende-se a ideia de que suas articulações políticas — dado o valor do termo numa forçada aproximação com os contemporâneos regimes fascistas europeus — muito se conduzem ao caráter político do totalitarismo, se não se apresentam diretamente como filiados a um primário grau de parentesco. A razão para o pensamento provém em grande medida não apenas das ações autoritárias de um ditador, mas principalmente da utilização da imagem deste mesmo indivíduo e de seu envolvimento com as extensões afetivas e materiais ¹ dos limites que competem ao seu governo por meio da inserção de suas ideias, filosofias, projetos e feitos nas cúpulas dos meios de comunicação, produzindo em larga escala uma imagem favorável às massas que, por sua vez — aliciadas ao fulgor da chama que se acende em seus corpos e corações —, dão apoio e mantêm o sujeito no poder.

Indubitavelmente, o controle acerca dos meios de comunicação é peça fundamental para a arregimentação da massa em favor daquele (ou daqueles) que a utiliza como corpo de manobra de interesses que nem sempre se mostram escrachados à vista dos olhos. O fascismo italiano e o nazismo alemão fizeram incessante uso deste recurso nos seus processos de crescimento, afirmação e manutenção das estruturas criadas por seus direcionamentos e, indiscutivelmente, a prática mostrou-se de eficácia tamanha que a fórmula não tardou a chegar no Brasil, logo se vê a figura de Vargas como condutor da nação, destilando patriotismo e cercado de crianças, tal qual os similares cartazes que estampam as gravuras de Hitler e Mussolini. Certamente esta é ação cirúrgica para a promoção de Getúlio, pois a propaganda é dispositivo ímpar na movimentação de paixões, incitação

¹ Sobretudo no governo Vargas (tendo este como exemplo de arquétipo elementar do “populismo” brasileiro) pode-se observar o alinhamento das proporções materiais e imateriais que são desdobradas na configuração política de alcance das camadas sociais. Vargas não se vale apenas das dimensões simbólicas como o paternalismo da atuação de “Pai dos pobres” performativa, mas certifica esta posição através das investidas concretas como a CLT indiscutivelmente se apresenta.

de desejos, agregação de ideais; de seu poder psicoativo, incorpora no indivíduo a vontade, o desejo, a angústia, a esperança e, acima de tudo, movimenta necessidades fabricadas (CAPELATO, 2009, p. 40). Ideologias políticas por si só despertam emoções que buscam ultrapassar o campo das sensibilidades e fazer efeito nos horizontes materiais, todavia — canalizadas nos avivamentos dos meios de comunicação — são potencializadas, uma vez que:

A propaganda política vale-se de ideias e conceitos, mas os transforma em imagens e símbolos: os marcos da cultura são também incorporados ao imaginário que é transmitido pelos meios de comunicação. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas. Nesse terreno em que política e cultura se mesclam com ideias, imagens e símbolos, define-se o objeto propaganda política como um estudo de representações políticas. (CAPELATO, 2009, p. 39-40).

Os alicerces que cunham o termo “populista” apegam-se fortemente ao fator da utilização da propaganda como meio de seduzir e incorporar a massa aos projetos do governante, passando estas a contrariar-se em conjunto das oposições² — daí também a personalidade manipuladora dos regimes fascistas e nazistas que é imbuído ao termo, uma vez que a força motriz destes sistemas é justamente este *modus-operandi*. Mas longe de ser aquele capaz de movimentar um considerável conglomerado popular contra os adversários, o período Vargas não pode ser entendido como próximo aos governos totalitários pelo essencial fato de que o totalitarismo implica na união quase absoluta entre massas nacionais e Estado (CAPELATO, 2009, p. 34), o que se mostrava distante da realidade do governo do Estado Novo.

Durante o estado novo, as ações democráticas sobre os adversários do varguismo na luta pelo poder continuaram atuando. A repressão foi intensa e as liberdades foram anuladas nesse período, porém não ocorreu o monopólio absoluto do Estado no plano físico, jurídico ou econômico. O imaginário totalitário tinha receptividade numa parte significativa da sociedade como mostra o trabalho de Eliana Freitas Dutra (1997), mas a imagem da sociedade *una*, homogênea e harmônica, veiculada pela propaganda política, esteve longe de se traduzir numa prática de constituição da opinião única em torno do regime e de seu líder. (CAPELATO, 2009, p. 35, grifo da autora]

Se por um lado o “populismo” que se coloca diante da figura de Getúlio Vargas é explicado pela capacidade de se manter no poder e conquistar o apoio do povo através da manipulação da propaganda, a complexidade da questão mostra-se de raízes mais profundas na medida em que o real

² A institucionalização de um Departamento de Imprensa e Propaganda (o DIP) é fortemente equiparado aos recursos fascistas europeus de propaganda que, em tese, realmente apresentam similitudes, mas que na prática a realidade brasileira do Estado Novo e consequentes não conseguiram fazer cópia exata dos efeitos alcançados.

processo se revela como ressignificação de pensamentos, feitos e fatos sucessivos. Em *A invenção do Trabalhismo* (2005) Ângela de Castro Gomes apresenta toda a movimentação em torno da construção da efígie paternalista que caracteriza Vargas: ainda que imerso no panorama que elucida que nem de longe possuía sob si a totalidade de convergência a respeito de seus ideais, o governante do Estado Novo também não tinha à sua frente a esmagadora maioria de inconformados com sua posição. Não obstante, daqueles que o apoiavam (e mais adiante se explicará o porquê eram por ele), emergia-se a classe fundamental que promovera verdadeira força à sua pessoa, sendo esta a classe trabalhadora. Fruto das ações concebidas pelo aparato discursivo de Getúlio, o Trabalhismo que reveste a aura desenvolvimentista e o caráter compassivo de seu governo para com as mãos que constroem o Brasil não é menos que uma criação próxima de outras providências articuladas.

Foi justamente no bojo desta nova situação política, que anunciava a necessidade de reorientação nos rumos do Estado Novo, que o projeto “trabalhista” passou a ser efetivamente difundido e implementado. Este projeto não foi, portanto, uma decorrência imediata do momento repressivo de combate ao comunismo. Por outro lado, também não foi uma invenção simultânea à orientação política de sancionar e fiscalizar o cumprimento de leis que regulamentavam o mercado de trabalho. O projeto “trabalhista” foi cronologicamente posterior a estes dois acontecimentos políticos, mas manteve com eles laços de inteligibilidade muito fortes. (GOMES, 2005, p. 78)

O movimento operário no Brasil fora significativo no final do século XIX e início do século XX com a atuação de lideranças anarquistas e socialistas, a luta apoiava-se na união dos trabalhadores para a reivindicação de seus direitos. O governo do Estado Novo, diante de suas ações moderno-desenvolvimentistas não poderia ignorar e fechar os olhos para a parcela que era fonte de grande força móbil, por este motivo conduziu — através da empreitada do Trabalhismo — a ressignificação dos frutos das reivindicações empreendidas, a partir de então, na forma benesses³ do Estado para chamar a atenção da classe proletária e adquirir seu apoio sem, importante dizer, dar espaço para que as lutas ressurgissem com mais força, uma vez que as tais “benesses” poderiam inflamar a sede por maiores direitos. Assim sendo, as ações do Estado Novo procuraram

³ Segundo Gomes (2005, p. 180), as lutas empreendidas ao longo do processo de afirmação da identidade operária foram articuladas por discursos que capturam elementos-chave da autoimagem dos trabalhadores de modo que os benefícios sociais fossem ressignificados como ato de generosidade de um Estado paternalista e não como reparações ou fruto de reivindicações da classe.

aproximar-se da dita classe,⁴ infiltrar-se em seu meio, dar-lhes sombra de espaço para união (como o vislumbre dos sindicatos) ao passo que institucionalizavam estas instâncias a fim de direcioná-las para longe do levante adversário, mas voltado para a gratidão com sua pessoa enquanto representação do Estado.

De uma forma sintética pode-se dizer que o principal objetivo visado era o estreitamento dos laços entre Estado e movimento operário, via representação sindical. Esta ligação mais forte comportava, entretanto, dimensões contraditórias. De um lado, almejava-se um maior controle do ministério sobre o movimento sindical, mas, de outro, necessitava-se que este movimento fosse significativamente representativo no meio do operariado. Ou seja, não se buscava apenas o mero controle, mas a adesão e a mobilização, o que só é possível através de procedimentos mais participativos e capazes de gerar certa dose de representatividade real (GOMES, 2005, p. 187).

A adequação da “palavra”⁵ dos líderes sindicais em sua incorporação ousada ao paradigma estadonovista — através da ressignificação das lutas, pautas e clamores oriundos de articulações antigas sob um novo contexto — acumula a força que fez o governo de Vargas manter-se no Catete. Assim sendo, a capa caricatural de um manejo político que se sustenta através do encercamento psíquico culminado pela propaganda cai por terra quando analisada a relação Estado-Trabalhador que o Trabalhismo varguista se pôs a fazer acontecer. O peso da CLT para a classe trabalhadora é certo: não apenas porque garantia os limites da exploração da mão de obra, ou por assegurar seus direitos, mas principalmente porque conferia um ar de cidadania à classe.⁶ A tomada da “palavra” e os ajustes de significados — sujeitando-a ao pensamento de que a causa dos trabalhadores é a causa do Estado, de que o governo, e somente o governo, poderá impulsioná-la para longe da espoliação e das margens da exclusão — têm como maior efeito a sobreposição imaterial do pensamento da camada proletária diante, justamente, da materialidade da consolidação de regimentos para com o labor estabelecido, logo, pelo Estado — o que é, pontualmente, o cerne do desenrolar de uma ação

⁴ A exemplo das ações do ministro Agamenon Magalhães para a pasta do trabalho — sobretudo, no que concerne a intervenção estatal nos sindicatos.

⁵ Dentro de uma lógica onde as relações materiais e imateriais se conectam, Angela de Castro Gomes (2005) relaciona “palavra” a identidade que abarca as lógicas de reconhecimento de uma classe, neste caso, a classe operária.

⁶ É preciso fazer uma observação quanto ao sentido de cidadania que a CLT e o trabalhismo varguista conferiam: não se trata da cidadania política que legitima a participação ativa destes trabalhadores dentro das esferas do poder federal, mas a cidadania que performa no impacto da visão para com uma classe que até então não possuía regulamentações no âmbito de seus ofícios. As Leis Trabalhistas do governo Vargas despertam a ponderação de indivíduos que minimamente sentem-se contemplados pelo Estado.

em que Vargas (enquanto representação deste Estado “generoso” e “compassivo” para com os trabalhadores) é colocado como, no mais apático dos casos, ao menos digno de gratidão.

Fundamentalmente, o Trabalhismo varguista consegue atingir os espaços que engajam as percepções da memória do próprio movimento operário ao ponto da classe dissolver a força das frentes conceituadas e os manifestos reivindicativos de outrora à concepção de que os tracejados legais da CLT são promoções não solicitadas e mesmo sentir-se em dívida com seu autor (GOMES, 2005, p. 181). A relação de gratidão apontado nos primeiros estudos é trunfo que germina incorporação, contudo, ainda que Vargas não fosse visto como um herói para os mais politizados à causa dos trabalhadores, ele era, no entanto, a melhor escolha a se apoiar dentro das condições dispostas, não pela sua posição, não por sua personalidade, mas pelo reconhecimento à obra que transpassa mesmo a materialidade da CLT, afinal “é a gratidão e não a graça que dá força, sentido e futuro ao contrato social assim firmado” (CASTRO, 2005, p. 182). Vargas se mantém no poder não pela efígie do braço direito que a propaganda se apresenta na compreensão do “populismo” que marca o estudo político, tampouco pela falácia e demagogia que a sentença exhibe nas conformidades de si, mas o ditador do Estado Novo assegura a faixa presidencial pelo apoio da classe alvo de seu Trabalhismo inventado, assomado às repressões policiais e presença nos ambientes de organização. Em outras palavras:

[...] o "mito" Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O "mito" Vargas expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores (FERREIRA, 2001, p. 88).

As narrativas analíticas convencionais que estabelecem ponte entre o Estado e o trabalhador costumam colocar este último enquanto parcela usualmente apática e extremamente suscetível a cair nas garras dos sutis mecanismos de manipulação ideológica e, ainda, das supostas falácias e demagogias de políticos populistas (FERREIRA, 2001, p. 62), o que acaba por tirar a singularidade de toda uma classe, estabelecendo uma posição conturbada.⁷ O apoio à Vargas oriundo da classe

⁷ “Como lembra José Murilo de Carvalho, a postura antiestatal, maniqueísta em sua definição, inviabiliza qualquer noção de cidadania e, na prática, ‘acaba por revelar uma atitude paternalista em relação ao povo, ao considerá-lo vítima

trabalhadora muitas vezes é visto como ação compassiva da população para com o ditador, sendo este o resultado do controle psíquico possibilitado pela propaganda, podendo qualificar o fato como conjuntura da matriz populista em sua mais exímia forma convencional. Contudo, a ligação entre o estadista e a classe trabalhadora (numa perspectiva que observa estes indivíduos enquanto sujeitos dotados de autonomia) não percorre visceralmente as nuances imagéticas do culto à personalidade do ditador, mas trata-se, na verdade, de uma correlação entre as partes. Por mais que a figura de Vargas pudesse emergir no pleito da classe trabalhista enquanto uma opção efetivamente longínqua dos reais fundamentos da causa operária, ele era, ainda assim, uma opção viável. Os mais reflexivos e ideologicamente politizados dos trabalhadores poderiam até não concordar na inteireza de seu raciocínio com a presença de Getúlio no mais alto escalão do poder, mas também não podiam darem-se ao luxo de pôr em xeque os direitos conquistados com as Leis Trabalhistas já consolidadas no papel. A realidade contempla um quadro binômio: os trabalhadores na expectativa de que seus direitos fossem assegurados e Vargas na necessidade de que o apoio preservasse seu cargo constituem, num matrimônio despido do amor à primeira vista, um casamento por conveniência tramado a fim de favorecer ambas as partes.

A classe trabalhadora, por conseguinte, só "obedecia" se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. *Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto*, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto (GOMES, 2005, p. 180, grifos nossos)

Problemático, pois, é a taxação de “populista” a um governo que nem ao menos atende as configurações mínimas da estrutura do modelo que, por excelência, exprime o convertimento de apoiadores através tão somente da lábria e das paixões incitadas pelas propagandas, sem a necessidade da realização de feitos materiais e repressivos para despertar a condição. Assim sendo, o caráter populista atribuído a Vargas se faz dissonante pois “as relações entre Estado e sociedade não eram de mão única, de cima para baixo, mas, sim, de interlocução, de cumplicidade” (FERREIRA, 2001, p. 95) com os trabalhadores, conexão esta às vezes levadas a cabo da perspectiva de um plano de fundo

impotente diante das maquinações do poder do Estado ou de grupos dominantes. Acaba por bestializar o povo?. Culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade, eis alguns dos fundamentos da noção de populismo.” (FERREIRA, 2001, p. 63).

que mais evidencia um oportunismo estadonovista acima dos interesses identitários e distantes da apatia por parte dos próprios trabalhadores em proporções únicas.

O “Populismo” como deslegitimação da experiência democrática (1945-1964)

Ainda que os moldes do tipo específico de exercício da cidadania tenha sido pedra angular para a consolidação e asseguramento de Vargas no poder — uma vez que à massa parecia, de certa forma, um bom negócio abrir mão de seus direitos políticos em favor de direitos sociais-trabalhistas — o desprovimento dos preceitos democráticos começou a pesar nos ombros da armação estadonovista, sobretudo, com o findar da Segunda Guerra Mundial e o despertar para a grande discordância conjuntural que o Brasil se encontrava àquela altura: o país que lutara e posicionara-se contra autoritarismos também era, tão contraditoriamente, comandado por um ditador. De tamanha divergência e sendo pressionado contra a parede por forças institucionalizadas de oposições em maior ou menor potência de objeção, a Carta Magna de 1946 foi estruturada e lançada prevendo eleições próximas às quais Getúlio não concorreria ao cargo de chefia do executivo. Simbolicamente, findava-se ali o Estado Novo, dando lugar ao alvorecer de uma nova ordenação política. Nesta conjuntura, o poder da escolha, o direito de voto democrático, novamente era destinado ao povo e este teria em suas mãos e pela força da maioria a oportunidade de poder escolher seus representantes e, no mais alto tom do idealismo, definir os rumos da nação.

A partir de 1946, as portas da democracia se abrem para a configuração de uma experiência entornada no pleno direito popular de participação governamental não vistas desde os eventos de 1930. O que se segue após o encabeçamento do arbítrio popular por meio do voto são alternâncias do poder direcionadas pela vontade popular, apesar das diversas intervenções que são feitas para assegurar tal condição.⁸ O exercício da cidadania na composição do novo momento apresenta percalços de liberdade e efetividade das prerrogativas legais que atravessam desde os caminhos que levam a proximidades aos interesses norte-americanos, com Dutra (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 397), passando por um saudosismo — um “queremismo” — que clama a volta de Vargas, fazendo sua chegada e, mais ainda, sua partida ser embalada pelos “braços do povo”, atravessando o

⁸ Ver FERREIRA (2003).

desdobrar de um golpe legalista que preambula os não tão dourados “50 anos em 5” de JK (MOREIRA, 2003, p. 190), além do breve varre-varre de Jânio à frente do país e o turbulento chegar de Jango à presidência. Quase dez anos — dez intensos anos — delimitam o que se mostra como uma genuína experiência democrática ímpar na história contemporânea brasileira, um recorte usualmente transladado aos sepulcros da memória quando de seu reducionismo à mera estigmatização implantada para justificar a instauração da face mais cruel do século XX no Brasil. Quase dez anos de um importante capítulo da história do país finda-se no mergulhar (ou pior: sufocar) da repressão submergida com o golpe que promove a Ditadura Militar, em 1964; um golpe que se instala pelas forças descontentes à soberania popular e seus vislumbres de avanços sociais, capaz de ver no próprio meio circundante o objeto essencial a ser modificado a fim de dá-lo como tamanha razão e raiz das atitudes tomadas.

As reverberações provenientes da Ditadura Militar brasileira, no que tocam as percepções históricas populares, não se esgotam unicamente no pensar acerca dos conceitos de “liberdade” e “repressão” que o pós-1985 busca necessariamente elucidar, todavia, a própria guarnição comum de um período é moldada segundo a óptica que se arma presumidamente e envolve a percepção geral dos indivíduos acerca do intervalo que corresponde os eventos ocorridos entre o fim do Estado Novo e a instauração do Regime Militar. O trabalho de transmutação da memória é cirúrgico no contornar da peça que se encaixa no englobamento responsável pela torpe tentativa de defender os eventos golpistas: retroalimentando-se dos preceitos de defesa contra o comunismo eminente, a política brasileira afundada nos discursos demagógicos e acalorados de políticos “populistas” completavam a composição da obra que se almejava, de uma vez por todas, ser aniquilada. Redigido em narrativas que contemplam as tais motivações do golpe, o “populismo” é lançado como mal que precisava ser combatido e somente a força armada institucional poderia fazê-lo. Nutrido por um discurso que desvalida a complexidade e importância da vivência democrática, o excerto temporal é utilizado como antessala para um inevitável golpe, ou, melhor dizendo, fundamento de impulso para os eventos daquele 31 de março.

Espremido entre duas ditaduras, a vivência democrática experimentada entre 1945 e 1964 foi chamada, por vários estudiosos, de “República populista”. Segundo essa interpretação, o “golpe militar” seria o resultado do fracasso dos “líderes populistas”, em especial Goulart, de conduzir a bom termo a participação das massas populares ao processo político. Por isso,

tais lideranças teriam sido as maiores “responsáveis” pela incapacidade da sociedade brasileira de resistir ao golpe e se tornar uma ‘verdadeira democracia’(MOTTA, 2014, p. 7-8).

Apesar do trabalho de escancarar a sordidez vivenciada durante os mais de vinte anos da Ditadura, a legitimação do período aparece de maneira sutil e violenta neste mesmo discurso ainda propagado no imaginário social. Talvez não com o peso concludente de que os militares foram fidedignos salvaguardas da nação e melhor opção para o momento (quando a ciência dos horrores gerados é presente), mas na certeza de que o “populismo” era um mal que assolava a política e algo precisava ser feito neste sentido, pensamento que leva ao certo conformismo responsável por (aviltado em classificações genéricas) englobar períodos distintos na mesma celeuma, parcialmente tapando os olhos para o fato de que somente em um dos casos é que as mordanças definitivamente foram utilizadas sem dó nem piedade para tapar-lhes a boca.

O que alicerça tal narrativa e que tão apelativamente dá vazão à tamanha classificação do excerto temporal é que, de fato, o período que transcorre a experiência democrática é recheado de personas originais — diferentes das perspectivas políticas e constitutivas do processo eleitoral de outrora, donde sobressai a imagem conhecida de autoridade do colarinho “café com leite” —, como é o caso da presente figura de João Goulart em todos os momentos (ainda que por trás das cortinas, mas sempre carregando a simbologia de “herdeiro” direto das políticas varguistas), da corrente espontaneidade e ginga bossa-nova do presidente sorriso Juscelino Kubitschek, ou ainda — talvez de maneira mais caricata —, no rosto teatralizado e popularizado de Jânio Quadros:

Jânio tinha o senso do espetáculo na política. Não hesitava, num comício, em simular desmaios de fome, tomar injeção para recuperar forças, vestir terno velho, de ombros estrategicamente salpicados por um pó que dizia ser caspa, usar gravata torta, sentar no meio-fio para comer sanduíche de mortadela e bananas — queria ser percebido visualmente como parte da população pobre, trabalhadora, sofrida. Subia nos palanques, magro, colérico e desleixado, gesticulando muito, brandindo uma vassoura nas mãos e, modulando o tom de voz, propunha uma varredura moral e administrativa no Brasil. Usava de uma linguagem empolada, cheia de termos em desuso, escandía as sílabas das palavras, e deixava a multidão boquiaberta com sua grandiloquência professoral e pernóstica — às vezes ninguém entendia nada, mas Jânio sabia a ocasião exata em que dizia o que todos queriam ouvir. Seus comícios aconteciam nas ruas, nas fábricas, nas favelas e periferias das cidades, e atraíam milhares de pessoas com vassouras nas mãos, dispostas a levar a sério o candidato e sua retórica de campanha (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 430).

Certamente os moldes de autopromoção na campanha de Jânio são deveras questionáveis, dado o notável exagero de apresentação. Sem embargo, faz-se necessário elucidar que, muito além da superficialidade que remonta tais caracteres tidos como demagógicos e ludibriantes ao eleitorado, demandas de novas abordagens discursivas aos personagens que circundavam o ambiente político de campanha faziam-se presentes em face de estarem envolvidos em novos enquadramentos históricos. Os ares desenvolvimentistas que corriam o país assomavam a intensificação das influências tecnológicas exteriores de exaltação e consumismo não apenas de produtos, mas também das imagens, não permitindo que candidaturas fossem realizadas sem que antes a proximidade entre candidatos e eleitores fosse exercida e promovida a identificação.

A replicação de que a ebulição das ruas, os comícios, as passeatas são movimentações limitadas à ignorância política mesmo basilar, quando finamente analisada, não encontra terra fértil porque a emergência democrática do momento descarrega apelo popular à medida que o ato e efeito da democracia é interiorizado pelo povo. Neste lance, o povo participa das disputas políticas não por mero aliciamento promíscuo movido por discursos acalorados e promessas supérfluas imediatistas proferidas por gatunos ligeiros, sobre este povo não se pode classificá-lo como formado por indivíduos toscos, obtusos, displicentes, contudo atuantes naquilo que, em máximo, chamamos de democracia. A invalidação desta experiência democrática deflagra captações em tons elitistas quando circunscreve, embora de forma não tão patente, uma incapacidade do povo de fazer uso consciente de suas atribuições políticas. Longe disso, a grande incompatibilidade com o difundido é aparente conforme se contrasta a tese de um povo alhures a suposta realidade devoradora do momento — deixando-se confiar inteiramente em um líder — com o fato de que este mesmo povo nunca deixou de tomar a frente para lutar por seus direitos, como a questão agrária no campo — muitas vezes numa força extra institucional (GRYNSZPAN; DEZEMONE, 2007, p. 217) — se mostrou a partir de 1940, por exemplo.

Em vez da ignorância, da ingenuidade, da irracionalidade e do barbarismo atávicos, que, nas visões anteriormente dominantes, caracterizavam as populações rurais, tidas como impermeáveis ao progresso e à civilização, era o ativismo, a luta política contra uma situação social considerada indigna, injusta, luta a cujo desfecho se atrelava o desenvolvimento da nação de maneira geral, que marcava as imagens que se impuseram do camponês (GRYNSZPAN; DEZEMONE, 2007, p. 214-215).

Ainda que a caracterização fabricada deste momento direcione ao exame a constatação de que as tais promessas de candidatura eram por demais irresistíveis, é preciso estabelecer conexão substancial das capacidades humanas, sejam elas mais ou menos refinadas, inatas e perceptíveis em quaisquer temporalidades — e que, por isso, tal exercício não pode ser consideradas anacrônico — donde, seja na segunda metade do século XX, seja no abstrato “hoje”, promessas costumam encher os olhos, todavia não se sustentam com barriga vazia. Por mais que as promessas fossem grandes, o povo não confiava às cegas, é pouco provável que não soubessem ou não tivessem consciência de seu poder no jogo político. Aos candidatos e representantes eleitos, as atuações eram executadas no jogo de cintura da corda bamba de negociações, de balanços tão veementes capazes de fazer o passo em falso render-lhes a “cadeira” de suas atribuições: o povo não estava hipnotizado — pensava, agia. O “populismo” sugere que o carisma ludibriador seria de tamanha intensidade que a cooptação das massas era certa e o apoio seria incondicional, a realidade, no entanto, evidencia que não havia carisma que sustentasse a decisão coletiva, nem mesmo os anos de consolidação de velhas e conhecidas chapas de candidatos — como a forte frente PTB-PSD que, depois de Juscelino Kubitschek, não conseguiu fazer com que Henrique Teixeira Lott ocupasse o executivo — suportaria o constante movimento do sentimento de participação política quando da necessidade de mudança. Não havia mesmice ou monopólio de poder alternado, o tempo das oligarquias e do voto de cabresto começavam a virar memória passada apesar de tão recente, e mesmo na citada República Velha a apatia popular não se mostrava ser um dos traços mais marcantes da sociedade brasileira.

Em meio às alegações de uma política degenerada por ideologias de esquerda e representantes falastrões disseminadores destes tais preceitos, revela-se políticas tão alinhadas com o desenvolvimento capitalista que as aspirações brasileiras, apesar de coberta por roupagens de cunho social como a reforma agrária, atendem em maior instância não menos que a mesma classe dominante que, em 1964, apoiará a queda de Goulart. O então famigerado nacional-desenvolvimentismo — para além dos olhares de desprezo dos entreguistas e do reconhecimento de sua importância por parte dos apoiadores — foi responsável por estruturar artifícios necessários aos setores dirigentes políticos e econômicos que vão desde o fortalecimento simbólico de uma soberania nacional assentada nas riquezas naturais e nas capacidades produtivas do

país,⁹ chegando à elaboração de materiais que mesmo estipulados em um plano de metas conseguiram se efetivar, sequer possuindo como principal objetivo políticas sociais deveras contundentes (MOREIRA, 2003, p. 191), mas que davam toda a condição para a constante manutenção da ordem política e garantia da estadia das elites econômicas no poder. A democracia brasileira de então, nem de longe, era sinônimo ou fagulha de revolução social.

Nas sombras das acusações que insinuam reduzir toda uma experiência democrática ao pífio período corrompido pela urgência de interesses próprios dos governantes que são passados à frente dos interesses da nação, encontra-se a face de um governo golpista de berço apoiado pelos que ansiavam escamotear os interesses desta mesma nação e priorizar as ambições dos trustes internacionais. O que se cria em torno da experiência democrática de 1945 a 1964 é produção de memória arquitetada com fins de distorcer as vivências do período, tapar a sangria que se causa ao ferir a condição democrática da nação quando do maquiagem de um golpe nas cores da dissimulada necessidade intervencionista.

O que importa aqui destacar é que a memória e a história do golpe (bem como de todos os acontecimentos históricos) vão sendo construídas continuamente. A memória seleciona fatos para lembrar, dependendo de quem lembra e quando se lembra. A memória sofre as influências do momento em que o passado é rememorado por alguém. A narrativa histórica também se transforma com o passar do tempo, com a abertura de novos arquivos e com os debates entre os historiadores, por exemplo. Além disso, a história não mais pretende alcançar “uma verdade do que realmente aconteceu”, como se acreditou no século XIX (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 376).

Nas entrelinhas de um termo encontra-se o projeto de descaracterização de uma temporalidade, de um regimento, de uma identidade cidadã; apaga lutas, desmerece consciências, questiona a capacidade política de todo um povo; faz nascer o conformismo, justifica injustificáveis, reinventa a memória. Toda uma experiência democrática é desassociada de sua efetividade e, em seu lugar, vence seu mais perfeito oposto.

A história política brasileira de 1945 a 1964, desse modo, é explicada pelo conceito desmerecedor de "populismo", uma estranha teorização que fala de líderes políticos demagogos, crise de hegemonia das classes dominantes, trabalhadores sem consciência, camponeses que se tornaram operários, propaganda política, corporativismo sindical,

⁹ Ver: SILVA, Angelissa Azevedo e. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 2). p. 309-333.

cegueira nacionalista dos comunistas, entre outras anomalias. A história política do país é reduzida, dessa maneira, a uma dicotomia simplista: por um lado, um líder esperto, superconsciente, capaz de manipular e enganar; por outro, uma massa sem consciência de seus interesses, iludida por discursos fáceis e sem conteúdo. A teoria do "populismo" torna-se, assim, a teoria do equívoco. Todos se confundiram, de comunistas a udenistas, de trabalhistas a socialistas, de sindicalistas a camponeses, dos trabalhadores às camadas médias. Portanto, tudo o que ocorreu entre a queda do Estado Novo e o golpe militar de 64 deve ser desmerecido, criticado e condenado (FERREIRA, 2003, p. 337).

Da maior finalidade do estudo da História, a possibilidade de não se repetir erros do passado; da maior importância dos questionamentos do que se apresenta como certeza, a oportunidade de adentrar as coxias e os bastidores da encenação teatral típica da memória. Memória é construção, é produção confluyente que se projeta em múltiplas facetas e também nos limites de uma única palavra, e isso não foge do contexto de individualismos latentes ao golpe militar. Necessário, pois, é desvendá-los para não cairmos na diminuição da importância do estado democrático de direito e, no suprassumo de toda essa questão, no desmantelamento de nossa própria história.

À guisa de conclusão

Dos fatos dispostos, as conclusões que se chegam nesta perspectiva pairam na certeza de que, por mais que a popularidade pessoal estivesse diretamente ligada às massas sociais, em proporções que ultrapassam o foro da formal distância entre o Estado e o representante deste Estado, bem como as ações legais burocráticas provindas da necessidade de revisão e a caracterização de benesses quase pessoais, o conglomerado popular não esvaziava-se das particularidades originais que reverberam os pensamentos e as atitudes próprias (seja individual, seja em conjunto), o que ressalta o prisma da inadequação do apontar para os simbolismos contidos nas propagandas como principal suporte da materialidade de pensamento e de fascínios, substancialmente metafísicos. Não se enxerga no excerto temporal aqui destrinchado o alheamento do povo para com a política, tampouco o cego endeusamento de líderes e/ou candidatos eleitorais diante das campanhas e das promessas proferidas.

Portanto, muito além de discursos acalorados e promoções de imagens, o que se verifica entre os anos de 1945 e 1964 é democracia que se monta mesmo nas tribulações de tentativas de golpes

que visam impedir sua progressão. Das narrativas que projetam o contrário, o peso que recai sobre as personas públicas da política distorce os verdadeiros alçozes usurpadores do poder. O que Vargas (este em evidência pois, considerado maior símbolo “populista”, é peça chave para entender a disposição em amplitude) e seus predecessores construíram jamais funcionaria a cargo tão somente da propaganda ou da demagogia em sua plenitude, contrariamente, um governo unia esforços para chamar a atenção de um povo diverso, com raízes estruturais complexas para então, e só a partir daí, lançar-se como benfeitor de ações necessárias e a tempos reivindicadas, benefícios estes que, apesar de reconhecidos e movimentarem as engrenagens da gratidão, não esmorecia a classe trabalhadora, muito menos era capaz de apagar a chama voraz do ato de resistir politicamente, seja na proximidade da cidade, seja no distanciamento geográfico do campo.

Na missão de fundar explicações que justifiquem a tomada da ação de um golpe antidemocrático, os responsáveis pelo mesmo ressignificam uma palavra e um momento da história brasileira e desqualificam-no de forma que a memória forjada se instala popularmente, mesmo nos espaços educacionais que as salas de aula são por excelência. Recebendo epíteto de “república populista”, a deslegitimação acerca da experiência democrática brasileira anterior ao golpe de 1964 é endossada e constantemente reafirmada através de um discurso preferido e interiorizado continuamente. A estereotipização de um recorte temporal à demagogia, falácias e subserviência apenas esfacela a profundidade das extensões e do valor da liberdade de ir e vir, invalidando não apenas um momento, mas a capacidade do povo de pensar e tomar decisões. “Populismo”, deste modo, é invenção que exhibe a anulação intencional para com o legalismo, os indícios turvos de olhares aos setores sociais, tal qual também promove a adesão à solução encontrada pelos golpistas do 31 de março quando se compra a ideia da “limpeza” da política nacional.

Finalmente, o simplismo que atravessa as caracterizações de quase dez anos de vivência democrática busca lançar ao esquecimento parte da história de um país ao passo rouba de seu povo o acesso à verdade, inabilita o poder soberano dos filhos da nação enquanto levantam bandeiras e declaram salves em verde e amarelo desprovidos de patriotismo, promovendo a diminuição premeditada que, nas entrelinhas, transforma a ideia de política *à la* Brasil que fica: ao resumir a

discutida experiência de democracia a quatro sílabas apenas, não menos que reduz-se a potência política de toda uma nação à de mera republiqueta qualquer.

Referências bibliográficas:

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Um brinde ao improvável. In: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro (orgs.). **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. E o golpe virou revolução. In: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro (orgs.). **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) **O tempo da experiência democrática**: da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 – (O Brasil republicano; v.3).

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história** — debate e crítica. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Angela de Castro. A lógica de “quem tem ofício, tem benefício”. In: GOMES, Angela de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRYNSZPAN, Mário; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo: Ligas Camponesas, comunistas e católicos. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v.2).

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) **O tempo da experiência democrática**: da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 – (O Brasil republicano; v.3).

MOTTA, Marly. Apresentação. In: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro (orgs.). **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Angelissa Azevedo e. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.2).